

## Emendas 1 a 59

### Baseadas nas sugestões de alterações enviadas pelo Conselheiro Suplente Miguel Luiz Menezes Freitas

#### Emenda 1

##### Art. 2º

III- coordenar o funcionamento das áreas **legalmente** protegidas e estabelecer diretrizes para o monitoramento da utilização dos recursos naturais protegidos nestas áreas;

#### Emenda 2

##### Art. 2º

V- assegurar que no conjunto das Unidades de Conservação e **Áreas Protegidas** estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território paulista e suas águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

#### Emenda 3

##### Art. 2º

VI- promover o desenvolvimento sustentável das comunidades situadas **nas Zonas de Amortecimento** das unidades de conservação, aplicando princípios e práticas de conservação da natureza no processo de crescimento socioeconômico regional e valorizando econômica e socialmente a diversidade biológica com vistas a aumentar não só a proteção dessas áreas, como também o índice de desenvolvimento humano da região;

#### Emenda 4

##### Art. 2º

VII- contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população no Estado de São Paulo, por meio da conservação *in situ* e *ex situ* da biodiversidade e do incentivo às ações de desenvolvimento sustentável;

#### Emenda 5

##### Art. 2º

VIII- assegurar a participação **efetiva** das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação;

#### Emenda 6

##### Art. 2º

XI - buscar **que** sejam respeitados, preservados e mantidos o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica;

#### Emenda 7

##### Art. 2º

XII- evitar o isolamento das unidades de conservação, criando condições para que estas participem, **sempre que possível**, dos processos socioeconômicos e culturais das regiões onde estão inseridas;

Emenda 8

Art. 2º

XIII - incentivar a promoção, **implantação, implementação e avaliação** da educação e interpretação ambiental, assim como da recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

Emenda 9

Art. 2º

XV- buscar formas para garantir às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da **extração e** utilização de recursos naturais existentes no interior de unidades de conservação **e demais áreas protegidas**, meios de subsistência alternativos;

Emenda 10

Art. 2º

XVII- buscar o apoio e a cooperação de **outros órgãos afins, em especial as universidades, as** organizações não-governamentais, **as** organizações privadas e pessoas físicas, para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão, **manejo de proteção integral, assim como de uso sustentável dos recursos, conforme assim requeiram as diversas categorias de manejo e proteção às áreas naturais do Estado de São Paulo;**

Emenda 11

Art. 2º

XVIII- assegurar que **os** processos de criação e gestão das Unidades de Conservação **e demais Áreas Protegidas** sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais, **garantindo, no entanto, os objetivos de conservação e preservação, conforme a categoria de manejo, para as quais foram criadas;**

Emenda 12

Art. 2º

XXIII- buscar conferir às unidades de conservação **e demais áreas protegidas**, nos casos possíveis e respeitadas as normas legais e a conveniência da administração, autonomia administrativa e financeira;

Emenda 13

Art. 2º

XXIV- garantir uma alocação adequada dos recursos **humanos** e financeiros necessários para que, uma vez criadas, as Unidades de Conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;

Emenda 14

Art. 2º

XXVII- fomentar o uso racional dos recursos oriundos de plantios através do uso múltiplo.

Emenda 15

Art. 2º

XXXVIII - manejar e melhorar recursos madeireiros de espécies nativas ou exóticas, tendo em vista sua função de conservação “in situ” e “ex-situ”, bem como seu papel como regulador ambiental e por seus benefícios econômicos, tais como madeira e outros produtos florestais que o Estado necessita.

Emenda 16

Art. 3º

III - Órgãos executores: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico, e demais órgãos e entidades públicas e privadas, em regime de concessão, permissão ou autorização, com atribuição de implantar, **pesquisar** e gerir as áreas protegidas, bem como de executar políticas e diretrizes estabelecidas no âmbito do SIGAP, **e buscar a integração com órgãos licenciadores e fiscalizadores para minimizar os impactos ambientais nas unidades de conservação, suas zonas de amortecimento e demais áreas protegidas.**

Emenda 17

Art. 4º

III - Outras áreas de interesse ambiental:

...

g) Estações Experimentais: áreas florestadas voltadas à experimentação para o desenvolvimento de pesquisas, restauração de áreas degradadas, conservação de recursos genéticos *in situ* e *ex situ* e melhoramento genético, onde também são permitidos a visitação pública, atividades de educação ambiental e o uso racional de seus recursos;

h) Viveiros Florestais: áreas de produção de mudas de espécies vegetais nativas e exóticas destinadas ao uso em projetos de pesquisa, de restauração de áreas degradadas e conservação de recursos genéticos *ex situ*, nas quais também são permitidas a visitação pública e atividades de educação ambiental.

Emenda 18

Art. 21 - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo estabelecerá as normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto **no que se refere às Reservas Particulares do Patrimônio Natural.**

Emenda 19

Art. 26 - No prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da publicação do ato a que se refere o inciso III, do art. 12, os interessados poderão **solicitar adequações na proposta de criação da** Unidade de Conservação.

Emenda 20

Art. 26

§ 1º - A **solicitação** deverá ser apresentada à Secretaria do Meio Ambiente, fundamentada em justificativa técnica que demonstre incorreções ou vícios no procedimento de criação da unidade.

Emenda 21

Art. 26

§ 2º - A **solicitação** será encaminhada ao órgão gestor proponente da criação da unidade, que terá o prazo de 15(quinze) dias para apresentar manifestação.

Emenda 22

Art. 26

§ 3º - A apreciação final da **solicitação** caberá ao Secretário do Meio Ambiente, que poderá **indicar as** correções e complementações ou encaminhar o processo de criação da unidade ao CONSEMA.

Emenda 23

Art. 29

§1º - Sempre que possível, a área **excluída** de uma unidade de proteção integral deverá ser incluída em outra categoria menos restritiva, especialmente no caso da desafetação ter sido justificada pelo fato da área natural abrigar populações tradicionais, de forma que o intuito de preservação da área seja mantido e compatibilizado com a outorga de condições e meios necessários para a subsistência física e cultural destas.

Emenda 24

Art. 29

§ 3º - As alterações serão realizadas após estudos científicos sobre a biodiversidade, a diversidade cultural, os recursos arqueológicos, históricos e paisagísticos, e respectivos impactos socioambientais, e de consultas públicas.

Emenda 25

Art. 30

~~§ 1º - O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos integrados a Unidade de Conservação~~

Emenda 26

Art. 44 - Os gestores de Unidades de Conservação estaduais deverão apresentar o Plano de Metas Anual da Unidade de Conservação, que será submetido à **apreciação do** Conselho da Unidade, até o dia 30 de outubro de cada ano, no qual deve haver a especificação das ações a serem desenvolvidas no ano subsequente, inclusive com previsão do orçamento envolvido.

Emenda 27

Art. 44

§ 1º - Após a apreciação **e deliberação** pelo Conselho da Unidade, o Plano de Metas deve ser encaminhado ao CONSEMA para ciência.

Emenda 28

Art. 44

§ 2º - Ao final de cada exercício, o gestor deverá apresentar a prestação de contas ao Conselho da Unidade sobre as ações desenvolvidas e os valores gastos, ~~justificando-se formalmente na hipótese de não cumprimento das metas.~~

Emenda 29

Art. 44

~~§3º - Com base na prestação de contas do Plano de Metas anual, o Conselho da unidade poderá propor a substituição do gestor da Unidade de Conservação.~~

[aza1] Comentário: Extrapola as competências legais dos Conselhos Consultivos.

Emenda 30

Art. 45

Parágrafo único. Caberá à Secretaria do Meio Ambiente, à Fundação Florestal, ~~ao Instituto Florestal, ao Instituto de Botânica~~ e à Polícia Militar do Estado de São Paulo:

I - ~~realizar~~, de forma integrada, das atividades de fiscalização;

II - ~~criar a carreira de guarda-parques para realizar a fiscalização e o monitoramento ambiental da biodiversidade e dos recursos naturais, e apoio à visitação pública, de maneira constante;~~

III - ~~buscar a integração com órgãos licenciadores e fiscalizadores e outros órgãos governamentais para mitigação dos impactos das atividades desenvolvidas nas zonas de amortecimento.~~

Emenda 31

Art. 46

VIII - envolvimento da sociedade civil, de entidades ambientalistas e das comunidades do entorno das unidades de conservação ~~e demais áreas protegidas;~~

Emenda 32

Art. 46

XI - diagnóstico das Unidades de Conservação ~~e demais Áreas Protegidas~~ no que se refere às atividades de fiscalização.

Emenda 33

Art. 47

§ 3º - Com base no Cadastro do SIGAP e no CAR, a Secretaria do Meio Ambiente deverá:

a) ~~elaborar~~ ~~definir~~ indicadores de qualidade das áreas protegidas, especialmente voltados à análise da biodiversidade abrigada nas Unidades de Conservação estaduais;

Emenda 34

Art. 48

§ 1º - Cada conselheiro contará com um ~~suplente~~, representando o mesmo grupo do titular.

Emenda 35

Art. 51

II - instituição de programas de pagamento por serviços ambientais destinados à populações ~~do entorno~~ das Zonas de Amortecimento de Unidades de Conservação.

Emenda 36

Art. 52- A expansão das áreas abrangidas pelo SIGAP, especialmente no que se refere à criação de Unidades de Conservação e corredores ecológicos, deve ser pautada por estudos científicos, ~~como tal~~ reconhecidos pela Secretaria do Meio Ambiente, ficando desde já admitida para tal a utilização prioritária do Programa Biota - FAPESP “Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo” (Governo do Estado de São Paulo / Secretaria do Meio Ambiente, FAPESP; 2008).

Emenda 37

Art. 54 - As pesquisas científicas realizadas em **Unidades de Conservação e nas demais áreas protegidas** sob a administração do Estado de São Paulo deverão ser disponibilizadas aos órgãos do SEAQUA e abertas ao conhecimento público, exceção feita aos casos cujo sigilo se dá por lei especial.

Emenda 38

Art. 56 - Os recursos da compensação ambiental, provenientes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, deverão ser destinados, por meio da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, à implantação e manutenção de Unidades de Conservação **e demais áreas protegidas, e à realização e gestão da pesquisa científica nas mesmas**, nos termos da legislação pertinente e ouvidas as propostas apresentadas pelos órgãos gestores das unidades.

Emenda 39

Art. 62

VII - garantir a aplicação dos recursos provenientes das compensações ambientais nas unidades de conservação **e demais áreas protegidas** do SIGAP, observadas as normas legais aplicáveis;

Emenda 40

Art. 62

VIII – **garantir recursos humanos, financeiros e materiais ao Instituto Florestal, para o desenvolvimento e a gestão de pesquisa científica nas áreas integrantes do SIGAP;**

Emenda 41

Art.63 - O Instituto Florestal é o órgão gestor da pesquisa científica do SIGAP, **responsável pela gestão para fins conservacionistas, técnico-científicos e econômicos das áreas relacionadas no Anexo III**, e terá como atribuições, além das previstas no Decreto nº 11.138, de 3 de fevereiro de 1978, as seguintes:

Emenda 42

Art. 63

I - a produção e a disseminação do conhecimento afeto à gestão das áreas integrantes do SIGAP, ao manejo florestal, à recuperação ambiental e biodiversidade, considerando, entre outros, os seguintes temas:

...

f) **caracterização biótica e abiótica dos ecossistemas paulistas e modelagem de processos ecológicos nesses ecossistemas;**

g) **a priorização de temas de pesquisas recomendados nos planos de manejo das unidades de conservação;**

Emenda 43

Art. 63

V - a pesquisa científica e tecnológica sobre sementes e mudas;

Emenda 44

Art. 63

VI - a pesquisa sobre manejo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros ~~e a recuperação de áreas naturais degradadas;~~

Emenda 45

Art. 63

VII – a pesquisa sobre conservação genética de espécies vegetais;

Emenda 46

Art. 63

VIII - a pesquisa sobre a recuperação de áreas naturais degradadas.

Emenda 47

Art. 63

VIX – a pesquisa socioambiental com comunidades tradicionais, comunidades do entorno, visitantes das unidades de conservação e áreas protegidas.

Emenda 48

Art.65

§ 1º - A contratação, execução e acompanhamento dos plantios serão de responsabilidade da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo ~~do Instituto Florestal.~~

Emenda 49

Art. 65

§ 2º - Ao Instituto Florestal caberá a orientação técnica e científica, indicação das áreas de plantio, exploração e monitoramento.

Emenda 50

Art. 65

§ 3º- A comercialização, o acompanhamento contratual e o recolhimento da receita financeira dos produtos e subprodutos florestais a que se refere o "caput" deste artigo ficarão a cargo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, bem como o repasse de recursos para a pesquisa científica do Instituto Florestal conforme a legislação vigente.

Emenda 51

Art. 65

Paragrafo Único – A Fundação Florestal deverá destinar 40 % dos recursos advindo das arrecadações com a venda de produtos florestais às pesquisas científicas e ao manejo das unidades de conservação e áreas protegidas.

Emenda 52

Art.66

I – propor uma política de recursos humanos para a implantação das atividades fins do SIGAP, mediante realização de concursos públicos ou processos seletivos;

Emenda 53

Art. 66

II – garantir os direitos dos servidores públicos em suas sedes de trabalho, objeto de concurso público, para viabilizar as atribuições do SIGAP;

Emenda 54

Art. 66

III - promover o afastamento de seus servidores, observada a legislação regedora da ~~espécie~~ matéria, quando a medida se mostrar necessária ao desempenho das respectivas atribuições;

Emenda 55

Art. 66

IV - formalizar a utilização de bens móveis, inclusive veículos, empregados no desempenho das respectivas atribuições, lavrando, quando for o caso, o competente termo de permissão de uso, ~~sem prejuízo das demais atividades técnico-científicas e administrativas da unidade.~~

Emenda 56

Art. 67 - Caberá ao Secretário de Meio Ambiente, ~~com a participação dos órgãos executores do SIGAP~~, mediante resolução, editar medidas complementares necessárias à aplicação do presente decreto.

Emenda 57

ANEXO II (a que se refere o artigo 62 deste Decreto)

1. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE BANANAL
2. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE BARREIRO RICO
3. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE BAURU
4. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CAETETUS
5. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CHAUÁS
6. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE IBICATU
7. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ITABERÁ
8. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ITAPETI
9. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JATAÍ
10. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS
11. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE PAULO DE FARIA
12. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE RIBEIRÃO PRETO
13. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE SÃO CARLOS
14. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE VALINHOS
15. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE XITUÉ
16. FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE
17. FLORESTA ESTADUAL DE GUARULHOS
18. PARQUE ESTADUAL DO A.R.A.
19. PARQUE ESTADUAL DO AGUAPEÍ

[aza2] Comentário: Em processo de repasse.

[aza3] Comentário: Em processo de repasse.

[aza4] Comentário: Processo em andamento para o repasse à APTA.

[aza5] Comentário: Em processo de repasse.

[aza6] Comentário: Processo em andamento para o repasse à PGE.



20. PARQUE ESTADUAL CAMPINA DO ENCANTADO
21. PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO
22. PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA
23. PARQUE ESTADUAL CARLOS BOTELHO
24. PARQUE ESTADUAL DA CAVERNA DO DIABO67. PARQUE ESTADUAL DE FURNAS DO BOM JESUS
25. PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA
26. PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO
27. PARQUE ESTADUAL DA ILHA BELA
28. PARQUE ESTADUAL INTERVALES
29. PARQUE ESTADUAL DE ITABERABA
30. PARQUE ESTADUAL DE ITAPETINGA
31. PARQUE ESTADUAL DO ITINGUÇU
32. PARQUE ESTADUAL DO JACUPIRANGA
33. PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ
34. PARQUE ESTADUAL DO JUQUERY
35. PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ
36. PARQUE ESTADUAL DO LAGAMAR DE CANANÉIA
37. PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO
38. PARQUE ESTADUAL MARINHO DA LAJE DE SANTOS
39. PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO
40. PARQUE ESTADUAL NASCENTES DO PARANAPANEMA
41. PARQUE ESTADUAL DE PORTO FERREIRA
42. PARQUE ESTADUAL DO PRELADO
43. PARQUE ESTADUAL DO RIO DO PEIXE
44. PARQUE ESTADUAL DO RIO TURVO
45. PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR
46. PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA
47. PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA
48. PARQUE ESTADUAL XIXOVÁ-JAPUÍ
49. PARQUE ECOLÓGICO DO GUARAPIRANGA
50. PARQUE ECOLÓGICO DA VÁRZEA DO EMBU-GUAÇU94. RESERVA ESTADUAL DE ÁGUAS DA PRATA
51. RESERVA ESTADUAL DA LAGOA SÃO PAULO
52. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BANHADO
53. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABREÚVA
54. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAJAMAR
55. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAJATI
56. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAMPOS DO JORDÃO
57. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CORUMBATAÍ - BOTUCATU - TEJUPÁ
58. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HARAS SÃO BERNARDO
59. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL IBITINGA
60. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ILHA COMPRIDA
61. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ITUPARARANGA
62. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JUNDIAÍ
63. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MATA DO IGUATEMI
64. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MORRO DE SÃO BENTO
65. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARQUE E FAZENDA DO CARMO
66. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PIRACICABA - JUQUERI- MIRIM
67. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PLANALTO DO TURVO

68. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL QUILOMBOS DO MÉDIO RIBEIRA
69. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL REPRESA BAIRRO DA USINA
70. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RIO BATALHA
71. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO PARDINHO E RIO VERMELHO
72. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SÃO FRANCISCO XAVIER
73. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SAPUCAÍ MIRIM
74. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DO MAR
75. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SILVEIRAS
76. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL O SISTEMA CANTAREIRA
77. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL TIETÊ
78. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL VÁRZEA DO RIO TIETÊ".

#### Emenda 58

ANEXO III (a que se refere o artigo 63 deste Decreto)

#### UNIDADES SOB ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FLORESTAL

1. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE AVARÉ
2. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MARÍLIA
3. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ITAPEVA
4. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ITIRAPINA
5. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE LUIZ ANTONIO
6. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MOGI- GUAÇU
7. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SÃO SIMÃO E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE SANTA MARIA
8. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ARARAQUARA
9. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BAURU
10. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BENTO QUIRINO
11. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BURI
12. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CASA BRANCA
13. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITAPETININGA
14. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITARARÉ
15. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE JAÚ
16. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE MOGI- MIRIM
17. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PARAGUAÇU PAULISTA
18. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO
19. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
20. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE TUPI
21. FLORESTA E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE PARANAPANEMA
22. FLORESTA E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA
23. FLORESTA E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ANGATUBA
24. FLORESTA ESTADUAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ASSIS
25. FLORESTA DE AVARÉ
26. FLORESTA DE BATATAIS
27. FLORESTA DE BEBEDOURO
28. FLORESTA DE CAJURU
29. FLORESTA DE MANDURI
30. FLORESTA ESTADUAL DE PEDERNEIRAS
31. FLORESTA DE PIRAJU
32. FLORESTA ESTADUAL SERRA D' ÁGUA

33. PARQUE ESTADUAL ALBERTO LÖFGREN  
34. VIVEIRO FLORESTAL DE PINDAMONHANGABA  
35. VIVEIRO FLORESTAL DE TAUBATÉ

Emenda 59

ANEXO IV (a que se refere o artigo 65 deste Decreto)

PLANO DE PRODUÇÃO SUSTENTADA

O Plano de Produção Sustentada (PPS) é um plano de manejo florestal sustentado que alcança estações experimentais e florestas estaduais administradas pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente, que somam aproximadamente 21.000ha de áreas com plantios homogêneos de espécies madeireiras, a exemplo do *Pinus* e *Eucalyptus*.

**[aza7] Comentário:** Esse total deverá ser alterado no futuro devido aos projetos de readequação e recategorização de Florestas e Estações Experimentais.

Estas áreas constituem importante lócus de pesquisa genética, de pesquisa em manejo florestal e de recursos econômicos, representando, fundamentalmente, a sustentabilidade de todo o SIGAP, notadamente o suporte das áreas protegidas do Estado.

Em 2003, o Instituto Florestal propôs a execução do Plano de Produção Sustentada (PPS), que abrange, além do manejo florestal o aproveitamento de bens inservíveis nestas estações experimentais e florestas estaduais. Sua implementação foi iniciada a partir do ano agrícola 2004/2005, obtendo sucesso de imediato. Este Plano, de caráter técnico-científico garantiu o próprio reinvestimento em florestas, com plantio em módulos anuais próximos dos 1.000ha, previstos para ciclos de 25 (vinte e cinco) anos (2004/2005).

UNIDADES ENVOLVIDAS - PLANO DE PRODUÇÃO SUSTENTADA

UNIDADES	ÁREA PLANTADA EM HECTARES
F.E. de Assis	1.440,00
E.E. de Paraguaçu Paulista	247,93
F. de Avaré	503,20
F. de Paranapanema	1.423,08
E.E. de Jaú	43,50
F.E. de Pederneiras	1.000
E.E. de Bento Quirino	200,00
E.E. de LuisAntonio	659,73
E.E. de São José do Rio Preto	13,57
E.E. de São Simão	401,68
F. de Batatais	859,16
F. de Bebedouro	63,70
F.de Cajuru	1.505,03

E.E. de Buri	400,00
E.E. de Itapetininga	3.127,83
F. de Angatuba	796,95
E.E. de Itapeva	1.026,89
E.E. de Itararé	1.310,41
F. de Manduri	587,40
F. de Piraju	306,28
E.E. de Casa Branca	341,90
E.E. de Mogi Guaçu	2.481,17
E.E. de Mogi Mirim	67,82
E.E. de Araraquara	83,53
E.E. de Itirapina	2032,05
E.E. de Tupi	116,31
<b>TOTAL DA ÁREA PLANTADA</b>	<b>21.039,12</b>

E.E. = Estação Experimental F.E. = Floresta Estadual

**[aza8] Comentário:** Esse total deverá ser alterado no futuro devido aos projetos de readequação e recategorização de Florestas e Estações Experimentais.